

# Micropolítica como tecnologia governamental

## *Micropolitics as government technology*

**Edson Passetti**

Professor e pesquisador no Departamento de Política e Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP e coordenador do Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária). Contato: passetti@matrix.com.br.

### **RESUMO:**

Esta breve exposição procurará mostrar modulações de políticas que afetam diretamente os estudos de resistências, situando o governo de si como composição aberta voltada para estancar nomadismos. E, por conseguinte, se não me deterei nas novas resistências histórico-políticas, procurarei situar certas conexões entre técnicas de governo produzindo subjetividades que vão em direção de uma governamentalidade planetária resiliente.

Palavras-chave: Resistências, Resiliência, Pastorado, Política.

### **ABSTRACT:**

*This brief exposition seeks to show modulations of policies that directly affect the studies of resistance, placing the government of self as an open composition aimed at stanching nomadisms. Therefore, if I do not deter myself on the new historical-political resistances, I will try to situate certain connections among governmental techniques which produce subjectivities that move toward a resilient planetary governmentality.*

*Keywords: Resistences, Resilience, Pastorate, Politics.*

PASSETTI, Edson. Micropolítica como tecnologia governamental. *Revista Ecopolítica*, São Paulo, n. 17, jan-abr, pp. 59-73.

Recebido em 13 de março de 2017. Confirmado para publicação em 15 de março de 2017.

Desde as pesquisas de Michel Foucault é comum relacionar micropolíticas a resistências e a própria noção de micropolítica ser uma resistência, apesar do filósofo-historiador nunca ter se referido a micropolíticas. Para Foucault, as resistências decorrem de enfrentamentos de práticas sujeitadas diante das técnicas de governo da política intrínsecas aos componentes totalitários e individualizantes do poder derivados da razão de Estado (Foucault, 2003). Eram resistências às disciplinas, à biopolítica, à soberania, apesar de também serem contraposicionamentos que poderiam ir da reforma à radicalidade. Como sabemos, esta última, até bem pouco tempo, era conhecida como revolução.

Porém, o nunca-jamais não é absoluto. Em *Segurança, território e população* ele situa: “A história do Estado deve poder ser feita da própria prática dos homens, a partir do que eles fazem e da maneira como eles pensam. O Estado como maneira de fazer, o Estado como maneira de pensar. Creio que essa é, [certamente], a única possibilidade de análise que temos quando queremos fazer a história do Estado, mas uma das possibilidades, a meu ver, suficiente fecunda, fecundidade essa ligada, no meu entender, ao fato de que se vê que não há, entre o nível do micropoder e o nível do macropoder, algo como um corte, ao fato de que, quando se fala num, [não] se exclui falar no outro. Na verdade uma análise em termos de micropoderes compatibiliza-se sem nenhuma dificuldade com a análise de problemas como os do governo e do Estado” (Foucault, 2008, p. 481).

Deleuze (1992) sublinhou muito bem que as pesquisas de Foucault a esse respeito indicavam o que estava acabando. E, atenciosamente, esboçou o que seria a sociedade de controles em um pequeno texto que imediatamente passou a ser referência para a compreensão das transformações, do esgotamento da revolução como se fez na história e do devir revolucionário individual que não cessa. Os efeitos mais contundentes redundaram em estudos acerca das práticas capazes de

enfrentar o chamado biopoder por meio da biopolítica da multidão. As singularidades próprias destas práticas situariam uma nova constelação que redundaria em nova política molar democrática e federalista capaz de estancar e revolver o Império. Diversas análises derivadas deste enunciado produzido pelas práticas de micropolíticas ou moleculares foram e são produzidas em direção a uma nova constituição em andamento que responderia aos efeitos decorrentes dos movimentos antiglobalização e em larga escala ao neoliberalismo, produzindo outros efeitos de soberania (Negri & Hardt, 2004, 2014; Agamben, 2009; Lazzarato, 2016).

É justamente neste ponto que devemos enfrentar as práticas de micropolítica como técnica de governo, ou seja, como a racionalidade neoliberal, ao redimensionar o *homo oeconomicus* liberal constituindo o capital humano, lança mão de micropolíticas como técnica de governo, procurando apartar-se de radicalidades, para configurar uma relação complementar entre macro e micropolíticas. Nesta estratégia, as resistências passarão a ser recobertas de outra prática que procura institucionalizar os conflitos no âmbito da governança, ou seja, de práticas que desconsideram as relações entre governantes e governados, os efeitos de hierarquias, incentivam a expansão de relações horizontalizadas em função da promoção da cooperação liberal democrática. A conhecida expressão de Tom Paine, “o Estado é o mal necessário”, passa a ser redimensionada em *sem Estado é impossível melhorar as condições de vida*; e é preciso fundir consensualmente em nome da coesão governamental e não-governamental.

Esta breve exposição procurará mostrar modulações de políticas que afetam diretamente os estudos de resistências, situando o governo de si como composição aberta voltada para estancar nomadismos. E, por conseguinte, se não me deterei nas novas resistências histórico-políticas, procurarei situar certas conexões entre técnicas de governo produzindo

subjetividades que vão em direção de uma governamentalidade planetária resiliente.

## 1. Efeitos

Um dos efeitos de micropolíticas mais evidente decorreu do acontecimento 1968, colocando em xeque os costumes, o socialismo autoritário, os direitos de minorias, a democracia e a guerra, as experimentações de liberdade, as representatividades, culturas, enfim, momentos visíveis que evidenciavam o esgotamento das relações entre partidos, sindicatos e Estado, assim como o novo grande investimento em bloquear resistências intrínsecas às relações de poder, encontrando positividade constantes na produção e gestão de micropolíticas.

Ocorreu uma transformação das relações na fábrica compreendida como “jaula”, segundo a elaboração de Max Weber que a caracterizava como lugar de trabalho contínuo e de relações afetivas e de amizade com barulhentas lutas por garantias de empregos por meio dos sindicatos restritos à atuação econômica e de seguros voltada para gestão da continuidade dos empregos. A fábrica era a continuidade da família. Trabalhos mais próximos destes efeitos, como o de Bernard Edelman (2016), nos anos 1970, situavam, pela ótica marxista, que isso ocorrera a partir da legalização da classe operária desde o fim da Comuna de Paris em 1871, com base na consolidação de direitos jurídicos. Michel Foucault, em *A sociedade punitiva*, revolve as lutas das classes populares no período anterior para situar a realidade do contrato na formação de uma subjetividade operária a partir dos anos 1840 e que repercutia na combinação da fábrica como espaço de lazer e de trabalho normalizado, higienizado e colaborativo que redundaria nas cidades operárias. Seus estudos preparatórios para *Vigiar e punir* mostravam como os ilegalismos populares passaram ser formalizados como infrações e crimes pelo Direito Penal, apartando-se das conexões anteriores com os ilegalismos

burgueses, principalmente no século XVIII, e levando as classes populares a elaborar o roubo capitalista como unidade dos seus ilegalismos. Elas eram caracterizadas como classes perigosas identificadas tanto pelo seu segmento ocupado e grevista como pelos seus segmentos delinquentes que alimentavam, simultaneamente, o recrutamento da polícia e das milícias, com delatores e informantes como um exército de reserva de poder. Estes ilegalismos populares condensados no roubo, na suspeita, na identificação dos perigosos, levaram os fourieristas, hábeis em lidar com a sobreposição preso político–preso comum, a explicitarem que o roubo fora legalizado como prática burguesa sobre a sociedade. Em 1840, o primeiro grande efeito de análises por essa via redundou em *O que é a propriedade?*, livro instaurador da anarquia redigido por Pierre-Joseph Proudhon. Ao mesmo tempo, liam-se tanto as considerações de Marx em *A questão judaica*, quanto as de Max Stirner em *O único e a sua propriedade*, destrinchando e demolindo as relações gerais universalizantes decorrentes da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (DDHC) de 1789, dissolvendo as desigualdades socioeconômicas em igualdade jurídico-política do cidadão, no caso homem, adulto, alfabetizado, com rendas e principalmente proprietário. A destacar, ainda, a publicação do opúsculo de Mary Woolstonecraft, companheira do libertário William Godwin, em 1794, intitulado *Direito das Mulheres*, explicitando de imediato quem mandava em homens, mulheres, crianças e velhos. O contrato pacificador político e naturalizador da obediência encontrou seu pilar de sustentação na DDHC e o contrato real nas fábricas funcionou como propulsor da nova subjetividade, ao mesmo tempo em que a estratégia burguesa de dominação se configurou combinando soberania, disciplinas e biopolítica.

Naquela ocasião, Foucault definia a política como guerra civil prolongada por outros meios. Mais tarde, ao enfrentar a relação Hobbes-Clausewitz em torno da pacificação do contrato e da guerra, segundo os desdobramentos do dispositivo diplomático-militar, e taticamente

enfrentando a admiração de Marx e seus seguidores na Revolução Russa por Clausewitz, chegou à definição de política como guerra prolongada por outros meios. Foucault estava atento, para além dos efeitos internos da guerra como guerra civil e política, à importância da relação entre guerra e política para além dos supostos da razão de Estado perseguida após o Tratado de Westfalia, de 1648. Havia em Foucault uma especial atenção para a segurança em todos os âmbitos, principalmente a partir de baixo, da sociedade ou, se preferirem, da sociedade civil, intimamente relacionada com o que se chama de micropolíticas, talvez melhor definida como microfísica do poder, como se encontra exposto na seleta de artigos e entrevistas muito conhecida dos pesquisadores brasileiros.

## 2. Condutas esperadas

O final da II Guerra Mundial produziu na ONU, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) fortemente marcada pela garantia à propriedade, recomendação de democracia, reconhecimento de direitos de minorias e sequências de condutas esperadas. Esta declaração não foi enunciada a partir de um Estado-nação para a humanidade, mas de uma organização da humanidade para a humanidade, e não foi assinada pelos componentes do bloco socialista. Estrategicamente, ela se situava contra os efeitos do nacional-socialismo, estendia-se para o socialismo autoritário, servia de referência a lutas contra qualquer totalitarismo. Mais tarde, nos anos 1980, a declaração serviria para orientar o enfrentamento contra o governo na Polônia, assim como para combater ditaduras civis-militares latino-americanas, curiosamente impulsionada pelo governo de Jimmy Carter nos EUA, o que lhe valeu um Nobel da Paz: o mesmo Estado que declaradamente apoiou as mesmas ditaduras tendo como mote preservar, reformar ou instituir a democracia no continente. Se a DDHC impulsionou as revoluções a partir da constatação pelas classes populares das ilusões igualitárias ali contidas, a DUDH impulsionará a

democracia pela participação de cada um e de todos nas gestões. Se a primeira correspondeu ao ideal universal de revolução a partir da França, a segunda corresponde ao ideal universal de democracia a partir dos EUA. São, nas palavras de Pierre Bourdieu (2014), dois imperialismos do universal.

Os vencedores da II Guerra Mundial também encontraram um meio para não mais culpar o Estado pelos efeitos de guerra, e sim indivíduos nos governos, por meio dos Tribunais Penais de Nuremberg e Tokyo, abrindo as fundações para o Tribunal Penal Internacional, em funcionamento desde 2002. Entravam em marcha os supostos de paz, a contenção do socialismo autoritário em escala mundial, os novos modos de posicionamentos diante de guerras locais, o controle de armamentos de extermínio pelo Conselho de Segurança da ONU e rodadas de negociações temáticas em torno do desenvolvimento pelos seus vários institutos: saúde, fome, educação e conservação ambiental. Abria-se para uma programática baseada na gradativa e absorvente relação com a sociedade civil organizada por meio de fóruns, debates temáticos imperativos, elaboração de metas, conquistas siderais, considerando a ecologia, a farmacologia, a psiquiatria em função das neurociências, o controle de epidemias e dos efeitos climáticos. A questão da segurança passava a ser equacionada para além da guerra em direção ao controle do planeta com *segurança humana* por meio de uma programática que conectava macro e micropolíticas.

Mas tudo isso que começava recebia pouca atenção dos socialistas, a ponto da URSS, na Conferência de Helsinque sobre a *détente* nos anos 1970, negligenciar os direitos humanos diante da segurança armamentista e assinar sua adesão à DUDH: canetada de Leonid Brezhnev que lhe valeu enfrentar os levantes na Tchecoslováquia e na Polônia, neste caso com o apoio declarado do Estado do Vaticano.

Mas, sempre há um porém. Os acordos e negócios gestados em escala

planetária ainda aguardavam expansão; dependiam de uma revisão do capitalismo, ou seja, das relações entre o capital e a força de trabalho a ser entendida como capital humano, condição para a reviravolta do mercado nos EUA e na Europa. Os neoliberais, capitaneados por Friedrich Hayek, Ludwig von Mises e outros, desde o início do século passado na Escola de Viena, depois no Colóquio Walter Lippman, nos anos 1930, em Paris antes da guerra e no encontro em Mont-Pelèrin, na Suíça, após o final da II Guerra Mundial, já maturavam seu saber como nova forma de produção de riquezas e enfrentamento com a situação histórica redundante da expansão do socialismo. Seus escritos, somados aos de Theodore W. Schultz (1973), em 1951, sobre o capital humano, as discussões entre empresários e intelectuais no Clube de Roma em 1968 durante o efervescente ano de contestações, as dedicadas análises da Escola de Chicago, e a necessidade de conter a eclosão repleta de resistências micropolíticas, provocaram um novo dimensionamento imperativo nas relações de trabalho em direção à efetivação competente, eficaz e eficiente da racionalidade neoliberal. E em como conter e tornar efetiva e produtiva a produção de micropolíticas.

Na expansão dos meios computo-informacionais em função de novas produtividades, com convocação à participação do capital humano nas empresas pela inovação, comunicação contínua redimensionando trabalho e lazer, e as capturas diante dos protestos, garantindo direitos de identidades, liberdade de expressão, reconhecimento de minorias, modos de combinar representatividade e participação, fortalecimento da formação educacional universal pela escolarização laica e de saúde básicas, enfim, em tudo ou quase tudo se encontram positivities de poder que demonstram a imperativa desregulação do mercado e a redução de custos estatais como fundamentais para gerar uma política de empregos no mercado, reconhecimentos meritocráticos com enaltecimento de produtividades premiadas, etc. O que já havia na fábrica-jaula agora é



dimensionado para a participação também do trabalhador inovador como capital humano, um colaborador fundamental na cooperação neoliberal na produção de produtos e cada vez mais *livre* do governo dos sindicatos. Isso não é uma ideologia, mas uma racionalidade que responde aos riscos que a democracia e o capital passaram a viver depois de 1968.

Os esforços planetários de boa gestão proporcionados pelas iniciativas da ONU agora estavam em busca de uma programática global. A emergência da Europa, pelo Tratado de Maastricht, em 1992, o desmanche da URSS e o acoplamento de racionalidade neoliberal com ditaduras (militares ou do proletariado, no Chile ou na China) e democracias mostrava que a participação democrática pela inovação do capital humano na empresa, assim como do cidadão na política democrática, caracterizava a abertura na busca por uma governança global que fosse sustentável. A lembrar que governança (Deneault, 2013), conceito que vem da teoria da administração e migra para a política, supõe gestão compartilhada na qual supostamente se dissolve a convencional relação entre governantes e governados.

Era preciso levar adiante e de outro modo a convencional compartimentação em governo do Estado e o governo da população. Lentamente, a atenção com a DUDH passou de função macro à sua operacionalização, por meio de variadas declarações complementares, com maiores ou menores repercussões jurídico-políticas nos Estados nacionais, sobre as minorias numéricas e as condutas recomendadas e esperadas. O foco principal não deixou de ser a população, mas esta passou a ser dimensionada em seus ambientes no planeta. Era preciso reconhecer suas culturas e as identidades, na sociedade civil organizada e nas empresas, na vida da família, e descriminalizar condutas para simultaneamente criminalizar outras, normalizando a normalidade produtiva, preparando uma solução ecológica para cada um e o planeta. O primeiro grande ápice encontrado por essa programática ocorreu com a Declaração de

Desenvolvimento do Milênio (2000-2015) e o Acordo de Paris de 2016 sobre a redução de efeitos produzidos no clima com suas metas de desenvolvimento cumpridas, ampliadas e ressignificadas como Metas de Desenvolvimento Sustentável para o período 2015-2030. Não há mais política nacional que não se ajuste à programática planetária, assim como as técnicas de governo de cada um, populações e planeta passam pelas práticas de micropolítica como governo de cada um (um novo pastorado) e do planeta em função da governança.

A participação indireta via eleições, ou imediata via associações, ONGs, fundações e institutos, ou mesmo combinada com sindicatos e parlamentos, em busca de medidas inovadoras, será incentivada, assim como realizada. A internet não é só a nova biblioteca de Alexandria, mas ponto de convergência para participações macro e micropolíticas, conectando trabalho, vida privada e pública e confissões, transformando-se em transmissora da dissolução da convencional separação entre privado e público, produzindo atualizações na moralidade, compreendida como predisposição da pessoa em se orientar para o bem e pelo cumprimento da lei; por conseguinte, a possível libertação de um costume moral (reforma) não corresponde à libertação da moralidade (Stirner, 2004). Ela mostra de maneira evidente como acontece a convocação à participação que inclui desde aplicativos, programas, espaços de discussão, sexualidades, alimentações saudáveis, encontros amorosos, até participação em eventos de protestos, contestações, variedades em geral que nos ocupam e que produzimos como profissões de trabalho, espaço de lazer e ativismo político, gerando mais consensos e variadas coerções em função do fortalecimento da coesão. A internet redimensiona a coesão social democraticamente por dentro e por fora da produção de produtos e de subjetividades. A internet, portanto, produziu o trânsito necessário e suficiente para a comunicação contínua e produção de fluxos para as micropolíticas compartilhadas e imantadas à política macro; além disso,

produz um sofisticado sistema de segurança que preventivamente procura detectar as ameaças aos provedores.

Na internet estão as demandas organizadas para provocar tomadas de decisão do governo de Estado; convocações para manifestações em protestos e recrutamentos para movimentos legais e ilegais, incluindo terrorismos; recrutamentos para adesão a projetos de interesse global por meio de organizações participativas e de fiscalizações, com ou sem apoio de milionários produzidos pela racionalidade neoliberal em função de uma nova filantropia e na disseminação da filosofia do amor; conexões para tomadas de decisão da sociedade civil organizada em torno de fóruns temáticos, pesquisas de ajuda e assistências a populações pobres e/ou miseráveis; gestão de efeitos de intempéries climáticas; gestão dos proibicionismos a serem revisitados; controle de condutas; exercícios de direitos de minorias e portadores de direitos inacabados; situação de refugiados e da denominada violência urbana; introdução de economia criativa e cidades criativas impulsionando ativismos; cuidados com o planeta e com a aparência embelezada; produção de empoderamentos de minorias, com tolerância, vulgarmente conhecidos como “lugar da fala”, etc., etc. Neste governo que explicitamente conecta micro e macropolíticas estão os direitos de minorias, a gestão ambiental, espaços de proliferação de denúncias e jurisprudência combinadas com o apreço ao fim das impunidades e identificação da corrupção como prática dos políticos profissionais; combate à corrupção como meta da racionalidade neoliberal para reduzir custos do Estado repassando-os à responsabilidade do capital humano; enfim, como produzir melhorias de condições de vida que “só o mercado pode lhe dar”, englobando os cuidados com o planeta.

Seja sustentável para melhorar o planeta deixando um legado responsável às futuras gerações! Eis a tarefa de governos internacionalizados por medidas transterritoriais compartilhadas pelo cidadão responsável em

função da segurança humana e cidadã. Mais uma vez, da DDHC à DUDH está em jogo o humano e o cidadão, agora não mais apartados, mas unidos democraticamente, neste momento, em função da sustentabilidade. Nesse fluxo constante e inacabado é preciso que cada um, organizado pelo planeta e nos respectivos governos de Estado, torne-se resiliente, ou seja, com capacidade de suportar adversidades e se recompor protagonista, estar atualizado com reformas e revisões imediatas diante das adversidades na empresa, na casa, na vida comunitária no espaço nacional convencional, na conexão global segundo *seus* interesses. É preciso ser inovador, tolerante e resiliente: produzir confianças (o velho mandamento de John Locke sobre a paz) e paz (a eficiente recomendação de Kant para a Europa unificada).

As tarefas contra a violência endêmica de guetos e favelas ou transterritorial, como o terrorismo islâmico de Al Qaeda e Talebã a Exército Islâmico, requerem uma programática, mesmo porque cada uma destas violências também se ajusta a programáticas próprias: não há tráfico sem gestão compartilhada de administração prisional e organização de presos, sem bancos e lava-rápidos; não há Estado Islâmico sem um programa de terrorismo transterritorial, assim como não há estudantes metralhados em escolas de classes médias estadunidenses sem um programa a ser praticado por *perdedores radicais* (Enzensberger, 2007) gerando as esperadas interfaces. Não há mais polícia e forças amadas distintas na segurança interna ou externa; cabe a cada cidadão colaborar com a convocação à participação em cada programática de combate. Enfim, as micropolíticas, de espaço de luta de resistências pelo direito à vida, viram-se absorvidas como espaços de reação, colaboração e ativismo.

Nesse vaivém de micro e macropolíticas a subjetividade participativa, tolerante, resiliente produz um novo *sujeito*: o cidadão-polícia. Ele passa a ser um pastor de si e dos outros na comunidade ou na sociedade, pois

governa sua conduta segundo monitoramentos constantes e contínuos. Monitoramentos para além dos convencionais eletrônicos por satélites, que controlam gentes, superfícies e profundidades no planeta, assim como se voltam para a gestão do espaço sideral e a catalogação de exoplanetas, mas monitoramento dos interesses privados de cada um como capital humano e como sujeito portador de direitos inacabados em suas respectivas comunidades, culturas e organizações identitárias. Micro e macropolíticas voltadas para a governança, em casa, na empresa, na escola, nas prisões, nos hospitais, sobre crianças, para ativistas, para reativos, mas não para a militância capaz de produzir subjetivações inventivas pela revolta. Todos convocados a participar, aderindo, convencidos ou omissos, são sujeitos dispostos a serem capturados, disponíveis, inovadores e resilientes ativistas ou reativos. Todos voltados para uma conduta não só democrática a ser vivenciada, mas recomendada para situações de regimes políticos não democráticos.

Micropolíticas democráticas que se inscrevem no complexo computo-informacional e por fora dele explicitam as interfaces democráticas diplomáticas dos programas para confirmarem o redimensionamento do dispositivo diplomático-militar em diplomático-militar-policial por meio das condutas resilientes, levadas adiante pelo novo pastorado exercitado pelo cidadão-polícia, capital humano portador de direitos inacabados e sujeito de interesse e sujeito de direito.

Estamos diante de um novo ecumenismo onde os três monoteísmos (judaísmo, cristianismo e islamismo), guardadas suas partidarizações reativas renovadas, veem-se diante também das religiões étnicas e das seitas orientais governamentalizando, indivíduos-divíduos, comunidades e empresas em função do ajuste de condutas e de produtividades. Micropolíticas que, no interior de cada organização, empresa, comunidade, criam eficiências e empoderamentos de minorias por meio da relação denúncia-monitoramento-pena: o culpado é sempre o indivíduo, o

fracassado é o indivíduo, a vítima é o indivíduo, ou seja, mesmo sendo indivíduo pela proliferação de direitos é tomado individualmente, como capital humano e não sujeito-indivíduo de direitos, passível de punição, ainda que o tribunal revisitado esteja também preenchido de *mediadores* e *facilitadores*. A variação das penas também se faz presente, e nela se destacam as penas de justiça restaurativa, o regime das penas alternativas e das medidas socioeducativas a céu aberto. Tudo em nome do controle das condutas ajustadas e do monitoramento de condutas pelos normalizadores, os agentes da lei, e de vez em quando complementado pelos próprios apenados. Regime da punição ampliada, ainda que as alegações dos reformadores se fundamentem em redução de encarceramentos. A realidade, todavia, mostra que não só proliferam prisões como dentre elas aparecerão as de regime segurança máxima, nas quais a indústria do controle do crime e as privatizações de gestões compartilhadas (administração estatal, parceria privada e organizações de presos) se expandem. O ecumenismo aqui se apresenta como meio do acolhimento de vítimas e delinquentes pelo regime das denúncias agendadas, com ou sem religião.

Na sociedade de controles a céu aberto as micropolíticas foram tomadas pelos sujeitos portadores de direitos inacabados, empoderados, inovadores, protagonistas, tolerantes e resilientes voltados para a melhoria das condições de vida na casa, na empresa, nas organizações, no Estado, no planeta. As micropolíticas passaram a ser reativas, governadas por minorias numéricas que almejam exercitarem-se na democracia majoritária dentro e fora do Estado. Minimizadores de resistências, os resilientes não escondem que entendem resistência como sinônimo de resiliência e que funcionam para a participação; as resistências estão sendo capturadas pelas práticas de resiliência e sua linguagem está povoada de palavras-chave que vão desde conceitos reduzidos a termos como autogestão e democracia direta tomados dos anarquistas a um

palavreado tosco e empoderado das inúmeras culturas globalizadas. Todos humanos, demasiado humanos, sob a segurança humana nesta época em que a biopolítica se viu transformada em ecopolítica (Passetti, 2013). É como diz um famoso locutor esportivo: “¡siga la pelota!”.

## Referências bibliográficas:

- AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Tradução de Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. Dois imperialismos do universal. Tradução de Daniel Lins. In: Daniel Lins e Loïc Wacquant (org.). *Repensar os Estados Unidos*. Campinas: Papyrus, 2003, pp. 13-19.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: 34, 1992.
- DENEALU, Alain. *Gouvernance: le management totalitaire*. Montréal: Lux Éditeur, 2013.
- EDELMAN, Bernard. *A legalização da classe operária*. Tradução de Marcos Orione e outros. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ENZENSBERGER, Hans Magnus. *El perdedor radical. Ensayo sobre los hombres del terror*. Barcelona: Editorial Anagrama, 2007.
- FOUCAULT, Michel. “‘Omnes et singulatim’: uma crítica da razão política”. In: *Ditos & Escritos*. Tradução de Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, v. 4, 2003, pp. 355-385.
- \_\_\_\_\_. *Segurança, Território, População*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- \_\_\_\_\_. *A sociedade punitiva*. Tradução de Ivone C. Benedetto. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.
- LAZZARATO, Maurizio. *The experimental politics. Work, welfare and creativity in the neoliberal age*. Massachusetts: The MIT Press, 2016.
- NEGRI, Antonio e HARTDT, Michael. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Declaração. Isto não é um manifesto*. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: n-1 edições, 2014.
- PASSETTI, Edson. Transformações da biopolítica e emergência da ecopolítica. *Revista Ecopolítica*, São Paulo, n. 5, jan-abr, pp. 2-37. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/15120/11292>
- SCHULTZ, Theodore W.. *O Capital Humano. Investimentos em educação e pesquisa*. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973, p.
- STIRNER, Max. *O único e a sua propriedade*. Tradução de João Barrento. Lisboa: Antígona, 2004.